

ECONOMIA



Depois de um primeiro trimestre desastroso, com o PIB encolhendo 0,1%, há sérios indicativos de que no segundo trimestre a anemia deverá se repetir. Não se descarta inclusive uma “recessão técnica”, ou seja, dois trimestres seguidos com encolhimento da produção. A essa altura, independentemente do que ainda possa ocorrer nos próximos meses, parece certo que o crescimento econômico em 2019 ficará abaixo do verificado nos últimos anos e será inferior à taxa de crescimento da população brasileira (0,8% a.a.). Trata-se de uma tragédia, a mais grave e prolongada crise da história brasileira, produzida intencionalmente no laboratório do neoliberalismo nativo.

Crescimento em 2019 deve ficar abaixo do verificado nos últimos anos

Nível de Atividade

A se confirmarem as tendências apontadas pelos indicadores econômicos mais recentes, a economia brasileira segue em trajetória recessiva neste segundo trimestre de 2019. Os dois indicadores antecedentes mais importantes de que dispomos no país apresentaram contração na passagem de março para abril, já considerados os ajustes sazonais. De acordo com o Monitor do PIB da FGV a queda teria sido de 0,1%, enquanto para o IBC-Br do Banco Central a contração naquele mês alcançaria 0,47%. Ambos os indicadores, a despeito de utilizarem metodologias diferentes, refletem em grande medida as tendências apontadas pelas pesquisas mensais setoriais realizadas pelo IBGE. De acordo com essas pesquisas, no mês de abril, enquanto a produção industrial e o volume das atividades do setor de serviços oscilaram positivamente

em 0,3%, o volume total de vendas do comércio varejista sofreu uma queda de 0,6%, revelando a debilidade do consumo agregado do país.

Tomando por base o indicador trimestral do Monitor da FGV - mais confiável do que os indicadores mensais para se observar as tendências da conjuntura econômica - registra-se uma queda de quase um ponto percentual (-0,9%) no trimestre encerrado no último mês de abril frente ao trimestre encerrado em janeiro de 2019. Trata-se de um dado bastante preocupante, especialmente porque resultou do recuo dos três setores de atividade considerados pelo Monitor da FGV: a indústria caiu 1,3% no trimestre, os serviços 0,2% e a produção agropecuária 2,0%.

Por outro lado, também quando se observa a conjuntura pela ótica da demanda, os dados são reve-

ladores da gravidade da situação. O indicador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) de Consumo Aparente de Bens Industriais continua em trajetória de queda, registrando contração de 1,4% no trimestre encerrado em abril e acumulando contração de 3,8% nos primeiros quatro meses de 2019. Corroborando essa tendência, o indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo, apesar de apontar um leve crescimento na passagem de março para abril (0,5%) registrou uma queda de 0,3% no trimestre encerrado em abril, já considerados os ajustes sazonais. Na comparação com abril de 2018, a queda foi de 0,9%. Não por outro motivo, neste primeiro trimestre de 2019 foi registrada a mais baixa taxa de investimento em relação ao PIB de nossa série histórica: 15,5%.

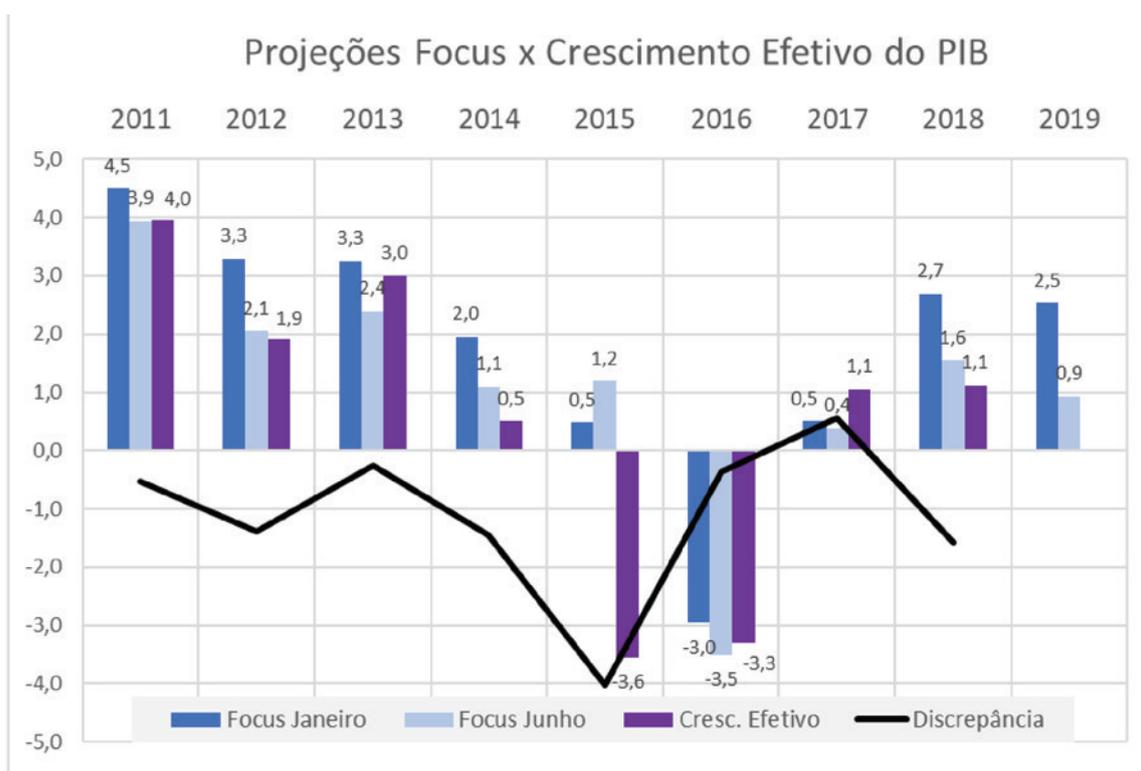
Já no que se refere ao consumo, além da já mencionada queda do comércio varejista, outro indicativo de sua fraqueza é a tendência observada no Índice de Confiança do Consumidor calculado pela FGV. Em maio foi registrada uma queda de 2,9 pontos desse índice frente ao patamar de abril, a quarta consecutiva. Com isso, a perda acumulada nos últimos quatro meses é de dez pontos, levando o

índice a seu menor nível desde outubro de 2018 (85,4 pontos) – cabe assinalar que o ICC varia de zero a duzentos pontos e que níveis abaixo de cem expressam pessimismo.

Além disso, outro indicador que sinaliza dificuldades para a retomada do consumo é o alto endividamento das famílias brasileiras. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em maio foi registrado o quinto aumento consecutivo do percentual de famílias endividadadas (63,4%), o maior patamar desde setembro de 2015.

Atentos a esses inequívocos sinais de debilidade da economia brasileira, os analistas de mercado que no início do ano comemoravam a agenda econômica prometida por Paulo Guedes e projetavam um crescimento do PIB de 2019 superior a 2,5% cuidam agora de ajustar suas estimativas ao duro encontro com a realidade. Assim, pela décima sexta semana consecutivas a mediana das estimativas do mercado reunidas pelo Relatório Focus do Banco Central na segunda semana de junho apontava para um crescimento de apenas 0,9% em 2019.

GRÁFICO 1



Fonte: Relatório Focus-Bacen / SCN-IBGE

Como se pode observar no gráfico 1, esse tipo de ajuste das projeções não é novidade. Na verdade, tem sido a regra nos últimos anos e, entre outras coisas, revela que os economistas de mercado (aqueles que atuam nas consultorias financeiras e nos departamentos de economia dos grandes bancos) se dedicam, antes de mais nada, ao exercício de adivinhação de qual será o consenso entre seus pares, deixando em segundo plano a análise fria das variáveis econômicas concretas.

Importante destacar que, a despeito das discrepâncias entre projeção e resultado efetivo serem regra e não exceção, tudo indica que no presente ano a disparidade será ainda mais expressiva. Apenas entre janeiro e junho, a revisão para baixo das projeções do Focus já caiu 1,6 ponto percentual, algo que não foi observado em nenhum dos demais anos considerados na série (obs: em 2012 a redução na estimativa de janeiro para junho foi de 1,2%. Em 2018 e especialmente em 2015 as discrepâncias finais também foram altas, respectivamente 4,1% e 1,6%).

Comércio Exterior

A balança comercial brasileira segue no campo positivo, porém, em trajetória decrescente. Considerando o período que vai da primeira semana de janeiro à segunda semana de junho, o saldo comercial médio por dia útil foi de 214,5 milhões de dólares em 2019 ante um valor médio de 230,2 de reais no mesmo período do ano passado. Ou seja, houve uma redução do saldo médio por dia útil de 6,2% (US\$ -15,7 milhões). Essa queda foi causada, por um lado, pela redução de 1% das nossas exportações diárias e, por outro, pela elevação de 1% das importações brasileiras.

Mais preocupante, entretanto, é o comportamento do comércio exterior na margem, isto é, a comparação entre os primeiros dez dias úteis do mês de junho e as semanas imediatamente anteriores. Comparando com a média dos dias úteis do mês de maio, registrou-se uma contração de 18,1% do saldo comercial, fruto de uma queda de 5,6% das exportações e uma diminuição das importações de 0,4%.

Entre os fatores que mais têm contribuído para essa

perda de potência do comércio exterior brasileiro certamente o mais importante é o encolhimento do mercado argentino, terceiro maior destino para nossas exportações. Entre janeiro e maio deste ano houve uma queda de 41% das exportações brasileiras para a Argentina, a maior parte delas concentradas em produtos manufaturados (86%). Com isso, nosso saldo comercial que em 2018 alcançou um superávit de 3,18 bilhões de dólares com o país vizinho, encontra-se até o momento no campo negativo, registrando um déficit de 170 milhões de dólares.

Para além da perda de divisas que implica, a deterioração do comércio com a Argentina é ruim especialmente pelo tipo de produto que temos deixado de exportar. O parceiro de Mercosul se consolidou nas últimas décadas como o principal destino de nossas exportações de produtos manufaturados, especialmente automóveis, autopeças e máquinas agrícolas. Com a grave crise que lhes afeta, temos perdido esse importante segmento de nossa pauta exportadora, com prejuízos diretos para empresas instaladas no Brasil. Um exemplo recente é o da Toyota brasileira que destina 30% de sua produção de automóveis para a Argentina e que decidiu encerrar o terceiro turno de duas fábricas no interior de São Paulo, eliminando 840 postos de trabalho.

Inflação e política monetária

A inflação brasileira, que havia demonstrado uma leve aceleração entre fevereiro e março, perdeu força, e retomou uma trajetória cadente. No último mês de maio, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (inflação oficial do país calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), registrou uma elevação dos preços de apenas 0,13%, o menor percentual para um mês de maio desde 2006. Com isso, a inflação acumulada no ano alcançou 2,22% enquanto a variação acumulada nos últimos doze meses chegou a 4,66%.

Em face desse comportamento declinante da inflação na margem, a mediana das projeções do Relatório Focus foi revista para baixo, agora com a expectativa de que o IPCA deverá encerrar o ano com uma variação de 3,84%, portanto, bem abaixo do centro da meta, de 4,25%. Apesar disso, a diretoria do Banco Central reunida no último dia 19 de junho,

decidiu manter a taxa Selic em 6,5%, demonstrando um conservadorismo que tem suscitado diversas críticas entre os especialistas.

Para além dos malefícios que esse rigor da política monetária vem produzindo (desestímulo aos investimentos, baixo crescimento econômico, alto desemprego e elevadas despesas com o serviço da dívida) são ainda mais questionáveis as razões explicitadas pelo Banco Central para justificar a manutenção do patamar da Selic. Apesar da atual diretoria ser uma ardorosa crítica da proposta de duplo mandato – o que significa que preconizam que a única variável a ser levada em consideração para definir a taxa de juros deve ser a inflação – alegaram que preferem aguardar a aprovação da reforma da Previdência para decidir sobre a redução da Selic.

Contas Públicas

No último dia 11 de junho o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que abriu uma exceção na chamada “regra de ouro”, liberando o Tesouro Nacional para emitir 248 bilhões de reais em títulos públicos para financiar despesas correntes que estavam no orçamento, mas que não contavam com fonte de financiamento. Ao longo do processo de negociação com o Congresso e especialmente com o bloco da oposição, o governo teve que liberar alguns recursos que estavam contingenciados: um bilhão de reais da Educação, um bilhão do programa Minha Casa Minha Vida, 550 milhões de reais para as obras de transposição do São Francisco e mais 330 milhões para o programa de bolsas de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientí-

fico e Tecnológico (CNPq).

A despeito dessas alterações, o quadro fiscal para o ano segue ainda bastante grave e muito dependente da entrada de receitas extraordinárias. No acumulado até abril a receita líquida total do governo central caiu 0,4% em termos reais, enquanto as despesas sofreram um corte de 0,8%. Como se mantém a perspectiva de déficit primário elevado (-1,39% do PIB) o governo insiste no contingenciamento de 32 bilhões de reais, colocando em risco o funcionamento da máquina pública de diversos serviços essenciais, como saúde, educação e segurança.

Entre as receitas extraordinárias que estão na mira do ministro Paulo Guedes, uma das principais é o bônus de assinatura do excedente do pré-sal a ser leiloadado em 28 de outubro deste ano. Serão 106,6 bilhões de reais (dos quais boa parte deverá ser dividida com estados e municípios em troca do apoio à reforma da Previdência) de recursos financeiros que, para serem utilizados, exigirão uma nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altere o teto de gastos. Além disso, outra fonte de receita extraordinária prevista é a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Tesouro Nacional. Como bem revelou a recente demissão de Joaquim Levy da presidência do banco, Paulo Guedes não tem poupado esforços para garantir pelo menos 125 bilhões de reais ainda este ano, o que pode, por um lado, desafogar as contas do governo, mas, por outro, deverá dificultar ainda mais a recuperação dos investimentos do setor privado, uma vez que o BNDES vai perdendo seu “funding” para ofertar crédito às empresas.